



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2024. (Do Sr. Darci de Matos)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que “institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana”, a fim de estabelecer ao Microempreendedor Individual - MEI a exclusividade na exploração do transporte remunerado privado individual de passageiros.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Esta Lei institui que a exploração do transporte remunerado privado individual de passageiros ocorrerá, exclusivamente, por Microempreendedor Individual – MEI, assim como limita em até 25% (vinte e cinco por cento) o valor a ser cobrado pela operadora de aplicativo.

Art. 2º O art. 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

“Art. _____ 11-

B.

.....

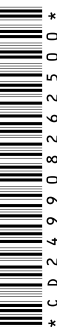
.....

VI - apresentar cadastro de Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§

1º

§ 2º A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros ocorrerá, exclusivamente, por motoristas cadastrados como Microempreendedor Individual - MEI.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 13/03/2024 11:47:45.180 - MESA

PL n.741/2024

§ 3º A retribuição à operadora de aplicativo de transporte remunerado privado individual de passageiros pelos serviços prestados, nos termos do § 2º deste artigo, não excederá a 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores das viagens realizadas. ”
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

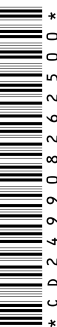
JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo organizar a atividade dos trabalhadores por aplicativo sob dois princípios. O primeiro institui que o transporte por aplicativo seja explorado exclusivamente por motoristas cadastrados como Microempreendedor Individual - MEI, enquanto o segundo limita os valores cobrados pelas plataformas em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores das viagens realizadas.

Ao estabelecer que os motoristas por aplicativo sejam Microempreendedor Individual - MEI cria-se um facilitador nas relações entre os motoristas, as plataformas e o poder público, retirando burocracias e preservando direitos e garantias que os informais não possuem, como os benefícios previdenciários. Assim, o motorista terá direito a aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio doença e salário maternidade, enquanto a família do condutor terá direito a pensão por morte e auxílio reclusão.

Um ponto que merece atenção é a definição dos valores a serem cobrados pelas plataformas. Atualmente, como não há transparência nos percentuais aplicados, surgem falácias na tentativa de desqualificar esse modelo de negócio. A título de exemplo, de modo não oficial, o blog ¹*zarplocaliza.com* informa que o percentual cobrado pela Uber é de até 40% (quarenta por cento) sobre as viagens. Desse modo, faz-se necessário estipular o percentual em até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da viagem, evitando a cobrança predatória e propiciando transparência nas relações.

¹ <https://zarp.localiza.com/blog/post/confira-quanto-a-uber-paga-por-km>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Portanto, essa proposição busca facilitar a atividade dos motoristas por aplicativo, a exemplo do que já ocorre com os caminhoneiros. Para os caminhoneiros foi necessário criar a Lei Complementar nº 188/2021 (MEI Caminhoneiro), uma vez que essa atividade é mais complexa e possui maior remuneração. No caso dos motoristas por aplicativo, basta alterar a Lei de Mobilidade Urbana e inserir como condição para o exercício da atividade o cadastro como Microempreendedor Individual - MEI.

Nesse sentido, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação desse Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Darci de Matos
PSD/SC

